

POR UMA TRANSIÇÃO EPISTEMOLÓGICA INSURGENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS REALIDADES POSSÍVEIS A PARTIR DA PERIFERIA URBANA

Likem Edson Silva de Jesus¹

RESUMO

A partir de levantamento bibliográfico, notadamente da literatura de Santos (2008; 2009; 2011), Morin (2001; 2003); e Stengers (1987; 2003), o objetivo do presente trabalho é pensar criticamente as insuficiências do modelo positivista de produção do conhecimento que marca a atividade científica moderna, articulando essas reflexões com um relato de experiência que revela os itinerários sociais e acadêmicos do próprio autor, pesquisador da periferia urbana, para, assim, pensar novos caminhos epistemológicos possíveis, que legitimem as vivências e narrativas presentes nesses espaços. As conclusões apontam que romper com as parcialidades do paradigma científico que dominou o pensamento ocidental é fundamental para reconhecer a pluralidade de saberes, sujeitos e modos de vida que, embora sistemática e historicamente excluídos dos padrões normativos das ciências, também produzem significados e sentidos do que é real. A inclusão das periferias urbanas nesse processo tem ressonâncias não somente no campo científico, mas na afirmação de identidades, na implementação de políticas públicas e na elaboração de marcos regulatórios, por exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: Transição paradigmática. Epistemologia. Conhecimento. Periferia.

ABSTRACT

Based on a bibliographic review, notably the literature of Santos (2008; 2009; 2011), Morin (2001; 2003); and Stengers (1987; 2003), the objective of the present work is to critically think about the insufficiencies of the positivist model of knowledge production that marks modern scientific activity, articulating these reflections with an experience report that reveals the author's own social and academic itineraries, a researcher from the urban periphery, in order to think about new possible epistemological paths that legitimize the experiences and narratives present in these spaces. The conclusions point out that breaking with the partialities of the scientific paradigm that dominated Western thought is fundamental to recognizing the plurality of knowledge, subjects and ways of life that, although systematically and historically excluded from the normative standards of the sciences, also produce meanings and senses of what it's real. The inclusion of urban peripheries in this process has resonances not only in the scientific field, but in the affirmation of identities, in the implementation of public policies and in the development of regulatory frameworks, for example.

KEYWORDS: Paradigmatic transition. Epistemology. Knowledge. Periphery.

¹ Mestre e Doutorando em Estado e Sociedade pelo Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Considerações iniciais

Na produção do conhecimento se inscrevem valores que revelam as conjunturas históricas, culturais e sociais que atravessam as matrizes discursivas do agente que conduz esse processo, as suas experiências sensíveis e os referenciais daquilo que ele considera como verdade, como real. O pensamento moderno ocidental se encarregou justamente de definir a partir de critérios epistemológicos normativos rígidos quais desses saberes poderiam ser validados cientificamente e estariam aptos para produzir verdades, assumindo, assim, uma postura que Santos (2009) denominou de abissal, dada a brutalidade da cisão entre as formas de conhecimento consideradas relevantes, compreensíveis e, portanto, legitimadas como existentes; e as que não seriam dignas deste status, esvaziadas pelas correntes intelectuais hegemônicas².

Consequência disso é a exclusão de quem produz o conhecimento que é desprezado por não corresponder àquilo que é sancionado pelas instituições que detêm o poder de determinar as regras do jogo da ciência. Essa sistematização, que se propõe global, engendra uma racionalidade totalitária, na medida em que nega esse caráter racional às formas de inteligibilidade que não se pautem em seus parâmetros epistêmicos e metodológicos (SANTOS, 2008), invisibilizando narrativas, identidades e experiências que igualmente produzem sentidos que vinculam o sujeito à realidade.

As bases teóricas do presente trabalho apontam para a perspectiva de romper com os determinismos em que se baseia a ciência moderna, reivindicando, requalificando e reconhecendo outros saberes, outras formas de vida e outros mundos possíveis em um cenário de necessárias rupturas insurgentes e emergentes.

O paradigma que ora se critica é o reflexo de uma visão de mundo que confia na linearidade e na objetividade enquanto diretrizes da tentativa de controle e previsão sobre cada aspecto da natureza e da sociedade, por meio do conhecimento científico e tecnológico

² “Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética”. (SANTOS, 2009, p. 23-24)

(GIANNELLA, 2015, p. 341). Contudo, como se pretende demonstrar a seguir, articular e organizar as informações sobre o mundo sob esse modelo normativo não é mais possível, sendo preciso, como afirma Morin (2003), uma reforma do pensamento.

A partir de levantamento bibliográfico, notadamente da literatura de Santos (2008; 2009), Morin (2001; 2003); e Stengers (1987; 2003), o objetivo do presente trabalho é pensar criticamente as insuficiências do modelo positivista de produção do conhecimento que marca a atividade científica moderna, articulando essas reflexões com um relato de experiência que revela os itinerários sociais e acadêmicos do próprio autor, pesquisador da periferia urbana, um território de disputa nas cidades e também nas ciências humanas e sociais, para, assim, pensar novos caminhos epistemológicos possíveis, que legitimem as vivências e narrativas presentes nesses espaços.

Diante disso, peço licença para, em determinados momentos, escrever este trabalho em primeira pessoa, num esforço de traduzir melhor o diálogo entre a ciência, a realidade que ela constrói, a pesquisa que realizo e as minhas próprias percepções, socialmente construídas, que inescapavelmente aparecerão no texto, afinal, com assevera Santos (2008), todo conhecimento é autoconhecimento e, de acordo com Prigogine e Stengers (1987), a realidade só nos é revelada através de uma construção ativa da qual participamos.

O artigo está dividido em duas seções: a primeira, em que é abordada a crise e a superação do paradigma científico moderno, apontando-se, em seu lugar, o reconhecimento de epistemologias capazes de reconhecer a pluralidade de sujeitos e saberes em constatação e transformação no mundo, bem como os sentidos e significados por eles produzidos; e a segunda, em que são apresentadas, em diálogo com as ponderações realizadas e a partir de experiências pessoais, sociais e acadêmicas, as razões pela qual se afirma que essa transição paradigmática é necessária para dar conta de analisar a realidade periférica.

Reflexões sobre a produção do conhecimento: a crise do paradigma científico moderno dominante e a insurgência de novas epistemologias

No horizonte da ciência atual, as certezas acabadas dão cada vez mais lugar a dúvidas e perguntas infinitas (BINDÉ, 2003), evidenciando a complexidade do universo. Esse é o pressuposto imperativo da reforma do pensamento preconizada por Morin (2003) e acima

citada, no sentido de que não se pode mais reduzir a produção do conhecimento a uma lógica quantitativa.

No mesmo sentido, Prigogine (2003) levanta o argumento de que estamos diante de uma época marcada pelo fim da certeza, que “nos conduz a uma nova forma de racionalidade que ultrapassa a racionalidade clássica do determinismo e de um futuro já definido” (p. 50), levando-se em conta que há uma multiplicidade de estruturas que estão para além disso, baseadas em probabilidades, em possibilidades, que também constituem um resultado concreto, cujo caráter de existência não pode mais ser negado. Para Giannella (2007, p. 01), também nessa perspectiva, “racionalidade e conhecimento científico já não pode aspirar excluir outras formas possíveis e a busca de nova legitimidade está exatamente na capacidade que elas terão em dialogar entre pares com outras razões e saberes”.

No entanto, o paradigma científico em desconstrução, em que pese dominante em alguns círculos, se atém a um padrão de compreensibilidade do mundo que remonta aos séculos XVI e XVII a partir de estudiosos como Copérnico, Descartes, Galileu e Newton, que ao terem travado uma luta contra o dogmatismo medieval, estabeleceram o rigor científico apoiado em medições matemáticas, quantificações rigorosas e leis empiricamente testáveis, sujeitas a comprovação e refutação, que desprezam os valores qualitativos do objeto e, em nenhuma hipótese, consideram aspectos de natureza subjetiva.

É alinhado a esse padrão epistemológico que as regras do método cartesiano são construídas: não incluir nos juízos nada que não se apresente tão clara e distintamente a ponto de excluir qualquer possibilidade de dúvida; dividir o problema em tantas partes quantas sejam necessárias para melhor poder resolvê-lo; conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até o conhecimento dos mais compostos; sempre fazer enumerações tão completas, e revisões tão gerais, a fim de se alcançar a certeza de nada ter omitido (DESCARTES, 2001, p. 23).

Rodrigues (2008, p. 43) chama atenção para o fato de que, nestas balizas, a ciência moderna se coloca numa posição de superioridade e hegemonia como único conhecimento verdadeiro e institui-se como saber absoluto frente aos outros tipos de saberes, ainda que represente uma ínfima parte do conhecimento produzido pela humanidade, num movimento em que “o positivismo lógico implica o apogeu do processo de absolutização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê a si mesma como aparelho privilegiado da representação do mundo”.

Essa busca por objetividade, ordem e universalidade pode ser traduzida em três princípios explicativos gerais (COCHO et al., 2006): materialista, mecanicista e determinista, o que, num primeiro momento privilegia as ciências da natureza e os estudos matematicamente verificáveis, ao estabelecer que conhecer é sinônimo de quantificar. Isso implica na invalidação de áreas do conhecimento não controláveis nestes parâmetros, expurgadas, deste modo, da ordem instaurada.

Nesse paradigma, como se vê, a apropriação do real se dá através da sua descrição objetiva e de controle experimental a partir de leis que se reproduzam independentemente do lugar e do tempo em que são aplicadas. Esse modelo de inteligibilidade passa também a ser adotado pelas ciências humanas, que para assim se afirmarem, precisam ceder a esse padrão epistemológico mecanicista:

[...] o modelo de racionalidade da ciência moderna foi basicamente desenvolvido no bojo das ciências naturais e teve por característica fundadora a confiança na capacidade de previsão do conhecimento científico, o que gerou uma convicção de que a explicação, a normatização e a previsão dos fenômenos do mundo estivessem todos ao alcance da ciência. (RODRIGUES, 2008, p. 46)

Grande expoente dessa linha de pensamento, Comte chega denominar o estudo da sociedade de “física social”, entendendo que cabe ao conhecimento científico reconhecer a ordem da natureza e utilizá-la em benefício do homem, numa abordagem semelhante à de Bacon (CHAVES; CHAVES, 2000):

Este modelo se caracteriza por idealizar uma realidade, ou melhor, uma concepção de mundo determinista, configurado em coordenadas cartesianas de um sistema perfeito e harmônico, sem imprecisões e inutilidades, foi o adotado para a produção do conhecimento científico no mundo ocidental [...] O Ideal de *objetividade* adotado pela ciência positivista traduz-se nas tentativas de compreensão dos dados do mundo físico tal como eles se apresentam e não como parte da realidade percebida pelo homem. Com base na existência desta pretensa objetividade, o positivismo prega, também, a necessidade da neutralidade dos cientistas, desprezando o meio (sócio-histórico) em que estes se encontram. (CHAVES; CHAVES, 2000, p. 73)

Santos (2008) afirma que este modelo de produção do conhecimento não é reconhecido pela capacidade de compreender profundamente o real, notadamente quanto aos fenômenos sociais, posto que os reduz às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Nesse sentido, alerta que:

[...] as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento; as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista. (SANTOS, 2008, p. 36)

Os limites apresentados pelas ciências sociais ao *modus operandi* científico da modernidade revelam a necessidade em romper com o positivismo e com a racionalidade científica cartesiana então dominante, que se mostra limitada e insuficiente, não podendo mais ser aplicada como parâmetro para definir o que é ou não conhecimento científico, como outrora pretendido.

Esse paradigma passa a ser questionado pela mecânica quântica, que traz a insurgência de um novo elemento na produção do conhecimento: o papel da consciência do observador e a sua ação sobre o sistema. Isso motivou profundas modificações na forma de descrever, compreender e explicar os fenômenos naturais, uma vez que voltando-se à realidade microscópica não é possível determinar posições de partículas subatômicas com precisão, já que o ato de medir interfere naquilo que está sendo medido³. Igualmente reveladores são os ensinamentos de Bohr, de que o instrumento utilizado para observação das estruturas atômicas

³ Nesse sentido: “A ideia central de Descartes deque a ciência aceitaria só ideias claras e distintas, aparece, de repente, completamente inadequada ao novo campo de observação. A própria noção de matéria que temos, de algo sólido, discreto, governado por leis mecânicas, tudo o que ninguém em sã consciência ousaria duvidar, mostra outra face, imprevisível e radicalmente estranha”. (GIANNELLA, 2015, p. 346)

define como é que elas irão aparecer: se em forma de onda ou de partícula⁴. Passa-se a se falar então, como dito na abertura dessa seção, não mais em certezas, mas em possibilidades⁵.

Essa revolução científica, para Santos (2008), é irreversível e já desestruturou as dicotomias em que se baseava o pensamento científico moderno, bem como o método cartesiano, que valida cientificamente apenas aquilo que não pode ser objeto de dúvida. O autor reconhece, ainda, que a identificação dos limites e das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é resultado do grande avanço no conhecimento que este mesmo paradigma propiciou.

A superação da racionalidade unidimensional que nos permite falar em novas epistemologias, em múltiplos saberes legítimos e em diversas formas de se alcançar o conhecimento científico pressupõe uma aproximação entre o que costumava ser compartimentado, numa perspectiva relacional e sistêmica; uma concepção construtivista da verdade, na medida em que se admite a pluralidade da ação humana que, inserida em um espaço-tempo local, forma realidades; e a complexidade da relação entre sujeito e objeto, uma vez que não é possível separar os condicionantes históricos e culturais que alimentam os valores e crenças individuais da produção do conhecimento pelo indivíduo, mas, pelo contrário, reconhece-se que esses aspectos também integram o conhecimento e constituem o saber.

A ideia de uma lei generalizante que se aplica em distintas situações demonstra o quão arbitrário e reducionista é o paradigma moderno da ciência. Assim como as leis do movimento de Newton não se aplicam ao campo de estudo da mecânica quântica porque as partículas subatômicas não são previsíveis e o observador é “imprescindível não só para que as

⁴ “Sem observação, temos ondas. Com observação, temos partículas. O observador leva ao colapso a função de onda simplesmente observando-a. Foi esta uma das grandes contribuições de Bohr: mostrar que partículas subatômicas só passam a “existir” na presença de um observador. Se a existência das partículas só se dá na presença de um observador, parece não fazer qualquer sentido falar em propriedades e características inerentes à partícula que pré-existam à observação. Que implicações uma teoria como esta traz para a o pensamento científico? Se se admite que o ato de observar é o que gera o caráter corpuscular da matéria, que implicações isso traz para o futuro da ciência?” (RODRIGUES, 2008, p. 61-62)

⁵ “A Mecânica Quântica, como decorre dos princípios discutidos anteriormente, é uma teoria inerentemente probabilística: enquanto na Mecânica Clássica o resultado de cada medição pode ser previsto com precisão arbitrária, desde que o estado inicial seja conhecido, a Mecânica Quântica, nas mesmas condições, oferece só predições probabilísticas”. (GRECA et al., 2001, p. 448)

propriedades de um fenômeno atômico sejam observadas, mas também para ocasionar essas propriedades” (CAPRA, 1982, p. 81), é possível dizer que realidades sociais distintas compõem processos distintos, em que se verificam outras dinâmicas epistêmicas.

Nesse sentido, é interessante o pensamento a seguir, que traduz resumidamente o que o paradigma emergente propõe:

Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente. (SANTOS, 2008, p. 48)

A profundidade dos conflitos sociais demanda o comprometimento “com a multiplicação dos pontos de vistas envolvidos para atingir representações mais ricas (apesar de nunca exaurientes) da realidade em objeto” (GIANNELLA, 2015, p. 352) para que se alcancem inteligibilidades plurais aptas a tentar compreender a verdade do outro e o diálogo entre as diversas experiências que se cruzam na vida em sociedade, que não é previsível, não é linear e não é unidimensional.

Pensando outros caminhos de pesquisa: a necessidade de um pensamento complexo para o diálogo com a realidade periférica

Dentre as várias realidades possíveis no tecido social, está periferia, cuja complexidade é enfatizada por Silva (apud PALLONE, 2005, p. 11) quando diz que ela congrega um sentido político, econômico e social, tendo surgido na tentativa de tornar tolerável a manutenção de cidades ao Estado, se observando a partir dos territórios assim considerados, a perpetuação de desigualdades nas mais diversas ordens. Do mesmo modo, o conceito compreende a distância que a periferia possui dos padrões idealizados pelos modos de ser aprovados pelos movimentos culturais majoritários (DOMINGUES, 1994).

O meu tema de pesquisa é, desde o mestrado, a relação entre Estado e periferia. Poderia construir a frase de outra forma (mais incisiva) e dizer que esta tem sido uma questão recorrente em minha produção acadêmica desde sempre, presente em todos os materiais por mim produzidos, ainda que à primeira vista e numa rápida leitura do currículo lattes, eles não abordem diretamente a temática. Isso se justifica porque essa é uma questão existencial

particular: *a vida sempre foi recorrente comigo neste tema*⁶. Sempre morei em um bairro periférico da cidade.

Era para realidade periférica que eu sempre retornava ao fim de cada dia e por estar ela inscrita em mim, era ela que me fornecia os referenciais de análise dos outros espaços de que participava e que eram frequentados por aqueles que possuíam apenas os parâmetros de realidade dominantes, típicos do “centro”.

Nesse sentido, é preciso levar em conta, inclusive, o entendimento de que é o centro que define o que é periférico. Certa vez, conversava com uma amiga que, após viver muitos anos em Itabuna, cidade do interior da Bahia, localizada na região sul do estado, onde nasci, resido e desenvolvo minha pesquisa, havia se mudado para Curitiba, capital do estado do Paraná, no sul do país. Ela me relatava, com bastante espanto, como os bairros periféricos desta última cidade em nada se assemelhavam com a visão de periferia a que ela estava acostumada no contexto da Bahia. Me dizia, em um tom maravilhado, que lá, de acordo com as suas impressões, tais localidades mais pareciam condomínios, com asfalto, iluminação decente, praças e escolas amplas. Ao final, ela (se) questionou se poderia denominar aquele espaço como periférico. Ora, é claro que sim. Afinal, em relação ao referencial simbólico de centro produzido pela realidade curitibana e reforçado por quem ocupa os espaços hegemônicos da cidade é que se desenha a noção local de periferia.

Eu poderia afirmar, retomando o argumento desenvolvido no primeiro parágrafo deste artigo, que a experiência na periferia atravessa as minhas matrizes discursivas, minhas experiências sensíveis e me fornecem os referenciais daquilo que considero como verdade, como real, e que isso determina os valores pertinentes ao conhecimento que produzo. Hoje, estar ciente disso é necessário e esclarecedor para que eu me entenda enquanto pesquisador e entenda a minha produção acadêmica como ciência.

Ainda mais ao se considerar que a minha incursão na pesquisa acontece após a conclusão de um bacharelado em Direito. Essa experiência, considerando que não raras vezes se coloca em xeque a cientificidade dos estudos jurídicos, conformou o meu pensamento sobre a ciência de modo positivista, que contraditoriamente se afasta das relações intersubjetivas que se formam no tecido social e se reveste de objetividade para tentar explicar o mundo, numa

⁶ Esse argumento é inspirado na fala de Elisa Lucinda, atriz, escritora e poeta brasileira, ao explicar porque a questão racial é primordial em sua obra: “tem muita intersecção entre a minha poesia e a minha cidadania”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5UBFd0wZ94>. Acesso em 20 mai. 2021.

aplicação sumária e imediata de seu conjunto de regras normativas e principiológicas que se pretendem abstratas, genéricas e universais⁷.

É preciso dizer que esse foi o espírito da minha formação, em um curso tradicional e de pouca expressividade no âmbito da pesquisa: havia na instituição, à época, poucos professores com o título de doutorado e que se empenhavam em publicações especializadas; eram restritas as possibilidades de iniciação científica, já que não havia o interesse de grande parte do corpo docente em orientar projetos ou formar/participar de grupos de pesquisa; tampouco existia algum curso de pós-graduação vinculado ao departamento. O objetivo claro, ainda que numa universidade estadual pública, era o de formar profissionais que ocupassem estritamente os cargos destinados à advocacia e carreiras jurídicas públicas. Não quero aqui condenar o meu bacharelado em direito, mas explicitar as escolhas epistemológicas que o conduziram e como isso também me educou.

Essa, ressalte-se, não é a realidade de diversos cursos de ciências jurídicas pelo país que, ainda que preservem o mesmo objetivo da faculdade onde me graduei, há bastante tempo tratam de discutir caminhos alternativos e plurais para o direito, em uma perspectiva integrativa e multicultural, amparado por outras áreas do conhecimento como a sociologia, a filosofia, a psicologia, a antropologia e a literatura. Eu, contudo, só pude percorrer esses caminhos de modo agora, na pós-graduação.

Por conta disso, em minha experiência, o mito positivista da neutralidade e do imprescindível afastamento entre o agente que pesquisa e aquilo que é pesquisado, durante muito tempo me fez questionar a legitimidade da minha produção (não estaria eu intencionando um mero relato de experiência, ao invés de um trabalho de pós-graduação?).

Ao me propor estudar a periferia urbana a partir da experiência de sujeitos periféricos que também é compartilhada por mim, em que pese a minha formação acadêmica pautada em uma racionalidade positivista, assumo que preciso compreender essa realidade primeira e

⁷ “No campo do direito moderno, este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito”. (SANTOS, 2009, p. 26)

obviamente como realidade possível de ser explicada além da causalidade e dos determinismos típicos da física clássica e da minha formação acadêmica original e, num salto epistemológico, dar lugar às incertezas, às possibilidades e às (inter)relações plurais que aparecem, como já visto, com a mecânica quântica e a teoria da relatividade.

Ao pesquisar o tema, é interessante pensar no significado convencional do termo periferia. Dentre os primeiros significados trazidos pelo dicionário Michaelis de Língua Portuguesa (2015), estão aqueles que o relacionam com a geometria, uma ciência matemática: “linha que determina o contorno de uma figura curvilínea” e “linha que delimita qualquer corpo ou superfície”. A partir dessa conceituação é que costumo questionar os processos que ocorrem no espaço urbano e social e que estão além daquele campo exato do conhecimento: o que há além da linha? O que existe à margem? E o que vive no contorno?

Mas como toda esta narrativa se relaciona com a breve trajetória do pensamento moderno ocidental e com as discussões que me trazem a escrita deste texto?

A relação entre o Estado e a periferia é constante alvo daquilo que Morin (2003) chama de falsa racionalidade, isto é uma racionalização abstrata e unidimensional, que “destrói a complexidade do mundo em fragmentos distintos, fraciona os problemas [...] aborta todas as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando, também, todas as possibilidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo” (p. 71).

Isto porque se perde de vista que a periferia não é apenas uma espacialidade física, uma construção urbana, mas um lugar social que pode vir a determinar diversos aspectos da vida dos sujeitos, ao condicioná-los a uma experiência marcada por ausências estrategicamente construídas, pela segregação, em que agem operadores materiais e simbólicos instrumentalizados por forças estatais e mercantis com o objetivo de alimentar e manter uma estrutura desigual baseada na cultura do privilégio. Isso atravessa o acesso aos direitos e às políticas públicas, a própria cidadania, os processos de sociabilidade e a construção da identidade que se forja na vida cotidiana.

Os limites e insuficiências estruturais do paradigma científico moderno não dão conta dessa realidade, historicamente subalternizada e invisibilizada e que se impõe complexa⁸ ao reunir diálogos ausentes e plurais em uma mesma conjuntura, não quantificável nos rigorosos padrões cartesianos de outrora, em que as partes compõem com perfectibilidade o todo.

⁸ Para Morin (2003), complexo significa, originariamente, aquilo que é tecido junto. O pensamento complexo é um pensamento que busca distinguir (mas não separar), ao mesmo tempo que busca reunir.

Ora, as relações entre os diversos afastamentos que se sobrepõem à realidade periférica – territoriais, raciais, sociais, econômicos, simbólicos – não podem ser compreendidos de modo isolado e disciplinar, como se não interagissem e compusessem de modo sistêmico essa experiência específica, mas de modo multidimensional (MORIN, 2001)⁹. Do mesmo modo, também não podem ser analisados sem que se defina qual o tipo de vínculo que eles estabelecem com aquilo que é tomado por centro. Nesse sentido:

A idéia sistêmica, que se opõe à idéia reducionista, é a de que “o todo é mais do que a soma das partes”. Do átomo à estrela, da bactéria ao homem e à sociedade, a organização do todo produz qualidades ou propriedades novas em relação às partes isoladamente: as emergências. Assim, a organização do ser vivo produz qualidades desconhecidas no nível dos seus componentes psicoquímicos. Acrescentamos que o todo é igualmente menos que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização do conjunto. (MORIN, 2003, p. 72)

Essa condição epistemológica repercute na condição existencial do cientista (SANTOS, 2008, p. 92). Se não é possível escolher os marcadores sociais que incidem em nossa trajetória, nem esconder os efeitos que eles causam, por outro lado, nas relações intersubjetivas, no modo como o outro nos percebe ou generaliza nossas experiências sociais, é natural que percebamos e interpretemos o mundo a partir do lugar em que estamos e é por isso que, mesmo na condição de pesquisador, não posso analisar periferia de modo reducionista, sob um único critério.

Sou parte da realidade que estudo e não tenho como me deslocar disso. Enquanto cientista, ao definir o problema de pesquisa que me debruço, se sobrepõem as múltiplas dimensões da subjetividade, envolvendo indivíduos, grupos, instituições, comunidades, dentre outros, que se inserem no ecossistema complexo onde surge o conhecimento (NEUBERN, 2000), que neste caso, é a periferia urbana.

Essa construção, que já se sabe ser individual e coletiva “gera realidades na forma de conceitos, cosmovisões e pressupostos” (NEUBERN, 2000, p. 155), não me parecendo possível, neste ponto, afastar do meu processo de inteligibilidade do real as influências subjetivas e as emoções, que no paradigma disjuntivo e simplificador da modernidade são

⁹ “De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser bio-sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza.” (MORIN, 2001, p. 429)

interpretadas com fonte de erro (GONZÁLES REY, 1997). Nesse sentido, Santos (2011) reforça que é preciso escolher uma metodologia em que não somente a razão, mas a experiência também tenha lugar. Além disso, afirma que “a acção humana é radicalmente subjectiva; a ciência social será sempre uma ciência subjectiva [...] [visando] a obtenção de um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético” (SANTOS, 2011, p. 67).

Essa forma de produção científica, segundo o autor, constitui uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, de modo que o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico, o paradigma de um conhecimento prudente, tem de ser também um paradigma social, o paradigma de uma vida decente (SANTOS, 2011, p. 74).

Nessa perspectiva, tento superar a relação positivista entre “sujeito” e “objeto”, explorando a minha própria subjetividade nas escolhas metodológicas para a ida a campo, na perspectiva de Santos (1988), de que a ciência não descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real; e de Neubern (2000), de que o conhecimento é construído a partir de elos recursivos entre o que é passível de descrição pelo observador e suas interpretações subjetivas sobre a realidade descrita, de modo que o observador ao se conectar com o que observa e, ao se referir ao observado, refere-se a si mesmo.

Considerações finais

O que certamente me orientará na tomada de decisões que perpassa a realização de uma pesquisa acadêmica é o reconhecimento da inegável atmosfera sócio-político-cultural em que estou imerso como ser humano e pesquisador e que me faz entender que não há ciência pura, autônoma e neutra (JAPIASSU, 1981); bem como, a predisposição em estar atento às sincronias e diacronias no diálogo entre a minha compreensão do real e a realidade que existe em torno dos participantes da pesquisa, ambos legítimos.

Não pretendo, nesse processo, desprezar a minha subjetividade e os marcadores sociais que conduzem o meu discurso e as minhas práticas. Ao revés, aponto para isso como uma dimensão fundamental para escutar a verdade do outro, ação necessária para analisar uma

realidade multidimensional e não homogeneizar saberes e formas de vida que promovem leituras de mundo que são invisibilizadas e subestimadas historicamente.

Eu não sou dono de certezas absolutas sobre o problema da minha pesquisa e do recorte da realidade que proponho estudar apenas porque compartilho uma experiência que a eles se relaciona, mas essa experiência, que também é responsável por uma série de convicções pessoais, aliada às dúvidas que motivam a minha proposta de trabalho, me auxilia a compreender os fenômenos da realidade social a ser pesquisada e me desprende de preceitos normativos ou esquemas analíticos que estrategicamente produzem ausências ao traduzir práticas que desafiam os centros de produção hegemônicos do conhecimento.

Para desvendar o que ainda não me está claro, aposto na ecologia dos saberes que decorre de uma intuição de sistemas não-lineares¹⁰ e, rompendo com as parcialidades do paradigma científico que dominou o pensamento ocidental, tem por fundamento a diversidade de conhecimentos no mundo (SANTOS, 2008), sem esquecer de que qualquer sistema de pensamento é sempre enraizado em um tempo limitado e qualificado pelas tecnologias em uso, pelas premissas implícitas e pelos pontos cegos que cada sociedade e cada cultura necessariamente tem (GIANNELLA, 2015, p. 353).

Com base nisso, creio ser possível enxergar o que está do “outro lado da linha”, numa alusão ao significado do termo periferia inserto no dicionário e a separação abissal promovida pela modernidade (SANTOS, 2009), conforme citei nas considerações iniciais deste texto. Esse é um processo que tem consequências práticas na vida de sujeitos periféricos, considerando que o reconhecimento de suas existências e narrativas como legítimas tem ecos não apenas no fazer científico, mas na afirmação de identidades, na implementação de políticas públicas e na elaboração de marcos regulatórios, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BINDÉ, Jérôme. Complexidade e Crise da Representação. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação** - A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. São Paulo, Cultrix, 1982.

¹⁰ Pensamento retirado do filme “O ponto de mutação” (1990), baseado no livro homônimo de Fritjof Capra.

CHAVES, Manoel Moacir de Farias Filho; CHAVES, Suzana Maria Lucas de Farias. A ciência positivista: o mundo ordenado, **Iniciação Científica Cesumar**, Maringá, v. 2 n. 2, p.69-75, ago./dez. 2000.

COCHO, Germinal, GUTIÉRREZ, José Luis e MIRAMONTES, Pedro. Ciência e humanismo, capacidade criadora e alienação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série**, Porto, v. 10/11, p. 5-18, 1994.

GIANNELLA, Valéria. Epistemoloque? Epistemologia para não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem. **Revista Terceiro Incluído**, v. 5, n. 1, p. 339-354, 2015.

_____. O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?. In: CARRIZO, Luiz (Ed.). **Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza**. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina. Montevideo: Manoel Carbalha Edición, 2007.

GONZALEZ REY, F. **Epistemología Cualitativa y Subjetividad**. Havana: Ed. Academia, 1997.

GRECA et al. Uma proposta para o ensino de mecânica quântica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 23, n. 4, dez. 2001.

JAPIASSU, Hilton **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Os desafios da complexidade. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**, v. 5, p. 428-451, 2001.

NEUBERN, Maurício da Silva. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 153-164, mai.-ago. 2000.

PALLONE, S. Diferenciando subúrbio de periferia. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 02, p. 11, abr./jun. 2005.

PERIFEIRA. In: **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

PRIGOGINE, Ilya. O Fim da Certeza. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**. Lisboa: Gradiva, 1987.

RODRIGUES, Elenita Gonçalves. **Descendo a toca do coelho**: linguagem, ética e a questão da verdade. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

_____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

Recebido em: Maio de 2021
Aprovado em: Agosto de 2021.